

A TEORIA DA COMPLEXIDADE DE EDGAR MORIN E A IMPORTÂNCIA DA ÓTICA TRANSDISCIPLINAR NA PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Nelma Catulino de Oliveira

Mestre em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH (2022);
Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2016);
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4066-2036>
e-mail: ncdo.mic20@uea.edu.br

Pedro Henrique Coelho Rapozo

Professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA;
Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH/UEA;
Professor do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais PROFCIAMB;
Doutor em Sociologia - Desenvolvimento e Políticas Sociais pela Universidade do Minho/UM;
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3843-5811>
e-mail: phrapozo@uea.edu.br

Resumo: Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa empírica e das leituras e discussões no decorrer do curso de mestrado. Ele tem como objetivo discorrer sobre as contribuições de Edgar Morin com a teoria da complexidade para os estudos sobre a Educação escolar indígena, tentando compreender qual a importância da transdisciplinaridade neste processo, como forma de produção e organização do conhecimento. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir principalmente do livro de Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo* (2005), e de outros autores que tratam da transdisciplinaridade, como Hilton Japiassu e Ivani Fazenda. Apóia-se no trabalho de pesquisa realizado na comunidade indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé/AM, no ano de 2020 a 2021, assim como em textos da Legislação sobre Educação escolar indígena. Verifica-se que uma pesquisa sobre educação escolar indígena as reflexões sobre a epistemologia da complexidade são necessárias.

Palavras-Chave: Complexidade; Transdisciplinaridade; Educação Escolar Indígena.

Abstract:

This article was built from an empirical research and the readings and discussions during the master's course. It aims to discuss the contributions

of Edgar Morin with the theory of complexity for studies on indigenous school education, trying to understand the importance of transdisciplinarity in this process, as a form of production and organization of knowledge. It is used as methodology the bibliographical research, mainly from the book of Edgar Morin, *Introduction to complex thinking* (2005), and other authors dealing with transdisciplinarity, such as Hilton Japiassu and Ivani Fazenda. It is based on the research work carried out in the indigenous community of Porto Praia de Baixo, municipality of Tefé/AM, in the year 2020–2021, as well as on texts of the legislation on indigenous school education. It appears that a research on indigenous school education reflections on the epistemology of complexity are necessary.

Keywords: Complexity; Transdisciplinarity; Indigenous School Education.

INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena é um tema muito abordado enquanto objeto de pesquisa, quando buscamos o estado da arte deste conteúdo muitas contribuições importantes estão disponíveis. No entanto, o nosso questionamento para elaboração deste trabalho é sobre como a *Teoria da complexidade* de Edgar Morin, pode contribuir no processo de pesquisa sobre a educação escolar indígena. Para isso, uma das primeiras questões abordada neste artigo é como poderíamos pensar uma maneira “ideal” para pesquisarmos sobre educação escolar indígena, com as contribuições de Edgar Morin sobre a transdisciplinaridade.

Entendendo que a Educação Escolar Indígena tem suas normas e seus princípios, mas que a população indígena no Brasil passou por diferentes realidades históricas, em que atualmente encontramos povos que optaram por viverem isolados, povos que vivem em territórios demarcados pelo Estado Brasileiro, e povos que buscam o reconhecimento étnico e territorial que lhes foram “furtados”.

Apresenta-se nesta introdução o local de realização de pesquisa que serviu para as reflexões do artigo.

Figura 1: Comunidade Porto Praia de Baixo



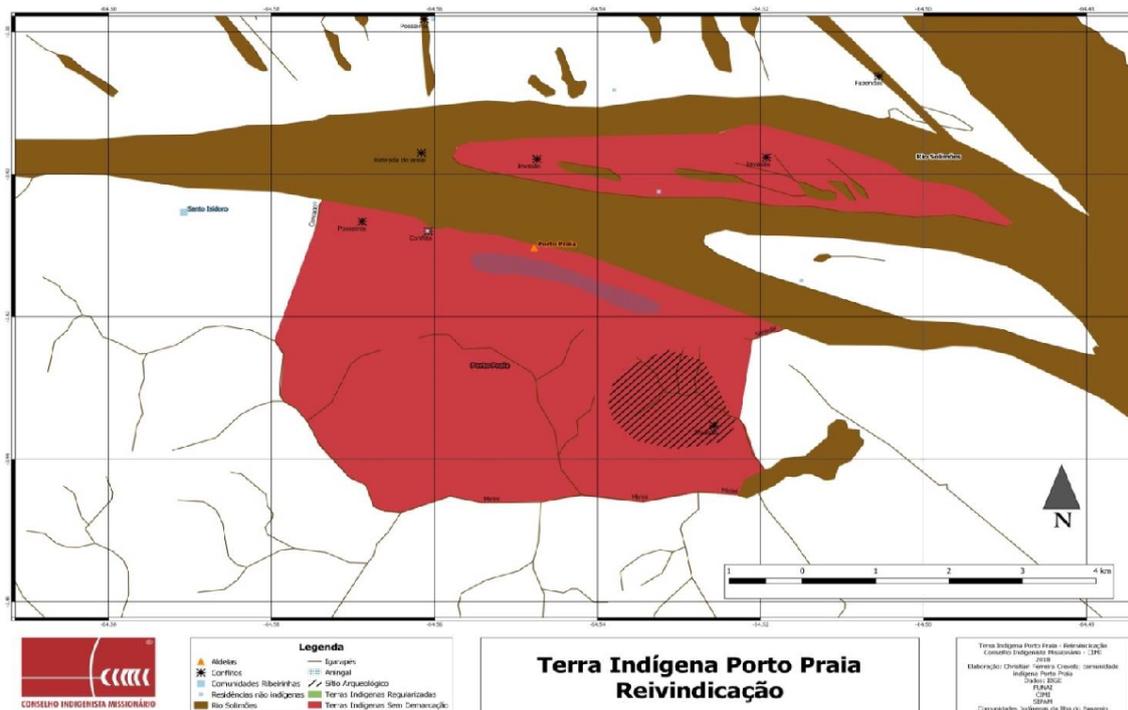
Fonte: Autora, 2021

Como descrito na dissertação Oliveira (2022), Porto Praia de Baixo é a única comunidade indígena dentro do território reivindicado com o mesmo nome. Segundo o *Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé, AM*, elaborado pelo CIMI em 2019 e com informações coletadas durante a dissertação, o território reivindicado limita-se ao norte com o sítio Ilha Nova, ao sul com a Comunidade Mirini, ao leste com a propriedade Centenário e a oeste com a Fazenda Santa Adriana. Localiza-se em uma área de várzea, que sofre os impactos das cheias e secas do rio Solimões, mas conta com uma área de terra firme a algumas horas da comunidade. O território indígena possui também uma ilha em frente a comunidade, conhecida pelos moradores como Ilha Nova, sendo uma fonte muito importante de pesca para a população.

De acordo com Oliveira (2012), o levantamento realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, em 2021, a população da comunidade Porto Praia de Baixo é composta por 115 famílias, no ano de 2021, em torno de 400 pessoas, a maioria deles se identificam como pertencentes ao grupo étnico Kokama, alguns como Ticuna e outros como não indígenas. No local é possível encontrar uma ou duas pessoas do povo Mayoruna (Matsés), Kambeba entre outros povos, isso ocorre pelas relações de casamento e a formação da comunidade.

A partir do relatório do CIMI 2019, foi elaborado mapas, com informações detalhadas sobre o território reivindicado. Sendo que o processo oficial de identificação e delimitação de Terra indígena, com o *Relatório Circunstanciando de Identificação e Delimitação* ainda não foi realizado pela FUNAI, até o final deste trabalho. Com isso, a reivindicação do território pelos indígenas segue sem providências.

Figura 3: Área reivindicada pela comunidade Porto Praia de Baixo



Fonte: Arquivo do CIMI, 2019

Segundo o *Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé, AM*, realizado pelo CIMI em 2019, este território indígena possui pouco mais de três mil hectares e a Ilha Nova são mais 600 hectares. Não faz limites com outras Terras Indígenas já reconhecidas e não é sobreposta a Unidades de Conservação, no entanto, é sobreposta a Cadastros Ambiental Rural. Alguns desses cadastros são muito antigos principalmente onde está localizada a comunidade, e os possíveis donos já faleceram e não se tem uma reivindicação por parte dos herdeiros. Na entrevista com o Agente de Saúde Indígena (AIS) e liderança Alexandre, em dezembro de 2021, relata que apenas a propriedade do Centenário está gerando uma disputa da comunidade com os proprietários. É uma área muito usada pelos moradores para a coleta da castanha.

O artigo é organizado com esta introdução, o desenvolvimento textual com metodologia, análise de dados, discussão e finalizado com as considerações, trazendo as principais questões sobre a teoria da complexidade, os princípios da transdisciplinaridade abordada tanto por Morin (2005) e Fazenda (2012), quanto por Japiassu (1986), trazendo os conceitos mais importantes sobre a transdisciplinaridade. Logo mais, são organizados os princípios da educação escolar indígena por meio das regulamentações formais sobre educação escolar e uma discussão de como a teoria da complexidade poderia estar contribuindo para os estudos e análises sobre educação escolar indígena.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Edgar Morin e a teoria da complexidade.

Edgar Morin (1921) é um autor Francês que desde sua formação caminha por diversas áreas do conhecimento como Direito, História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Epistemologia e uma das suas principais contribuições, enquanto teórico, é a teoria da complexidade.

Em seu livro *Ciência com consciência* (2005), Morin aborda algumas questões sobre a trajetória da ciência, e para ele o conhecimento científico está em renovação desde o começo do século XX e podemos pensar que as novas descobertas realizadas dentro das ciências físicas, biológicas e antropológicas, prepararam uma transformação no nosso modo de ver e interpretar o real.

É importante salientar neste artigo que após muitos anos de colonização e tentativas de negação dos povos indígenas no Brasil, a Constituição Federal de 1988 passa a reconhecer no artigo 231, por meio de muita luta dos movimentos indígenas no Brasil, alguns direitos a estes povos, como sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

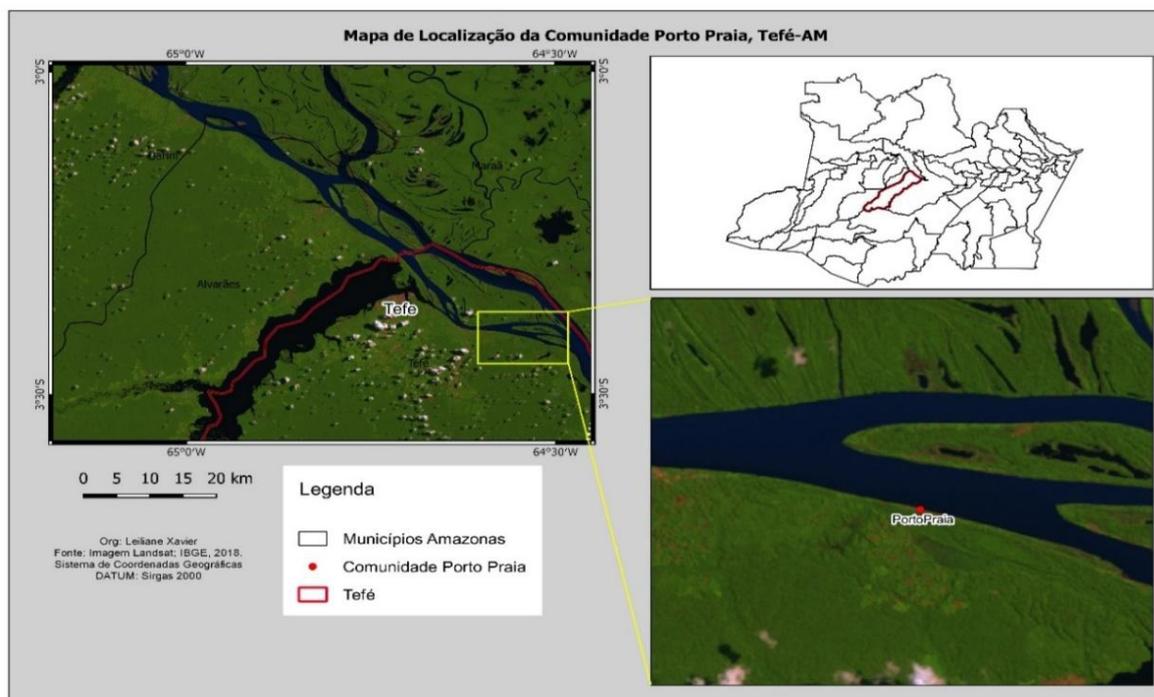
METODOLOGIA

Para a organização deste artigo nos debruçamos sobre o levantamento bibliográfico, principalmente o livro de Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo* (2005), e de outros autores que tratam da transdisciplinaridade, como Hilton Japiassu e Ivani Fazenda, a contribuição de textos da legislação sobre educação escolar indígena, e ao trabalho de pesquisa realizado, nos anos de 2020-2021, na comunidade indígena de Porto Praia de Baixo, do povo Kokama, localizada no município de Tefé, estado do Amazonas, à margem direita do rio Solimões, no Paran¹⁰ – São Francisco, médio rio Solimões. O acesso a cidade mais próxima (Tefé)  por via fluvial, em canoas com motor rabeta¹¹ (meio mais usado pelos moradores), o trajeto demora cerca de 1 a 2 horas.

10 Paraná: Braço de rio separado deste por uma série de ilhas.

11 Embarcao de pequeno porte usada pelos indígenas e ribeirinhos em Tefé, acoplado em uma canoa de tamanho variável, os mais usados os tamanhos de cinco a dez metros.

Figura 1: Localização da comunidade indígena Porto Praia de Baixo



Fonte: Imagem Landsat; IBGE, 2018.

De acordo com Andrade (2006), a pesquisa bibliográfica é fundamental nos cursos de graduação, pois constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Na qual uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar.

O artigo está relacionado com os estudos e discussões dos componentes do curso de mestrado e a fase preliminar da dissertação, e foi inicialmente desenvolvido no período da epidemia da COVID-19, na qual as pesquisas de campo em comunidades estavam suspensas, por causa da emergência sanitária que se instalou no Brasil e no mundo no ano de 2020.

ANÁLISE DE DADOS

Dentro das discussões sobre o conhecimento científico Edgar Morin desenvolve a Teoria da complexidade, tenta-se aqui, trazer algumas questões principais para entender essa ideia de Morin. Um dos pontos que o autor chama a atenção ao apresentar a teoria da complexidade é a confusão com a ideia de que seja algo complexo, difícil de apreender.

O autor destaca as más interpretações sobre a concepção do que seja a complexidade, o primeiro de acordo com ele:

Consiste em conceber a complexidade como receita, como resposta, em vez de considerá-la como desafio e como uma motivação para pensar. Acreditamos que a complexidade deve ser um substituto eficaz da simplificação, mas que, como a simplificação, vai permitir programar e esclarecer (MORIN, 2005, p. 176).

Já o segundo mal-entendido para o autor consiste em confundir a complexidade com a completude (Morin, 2005). Com estas colocações de Morin, do que não seria a complexidade, em seu livro *Introdução ao pensamento complexo* (2005), ele traz o conceito da mesma:

...a complexidade é de maneira inicial, um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterógenas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem fenomênico (MORIN, 2005, p. 13, grifo do autor)

Ou seja, ele nos propõe com essa teoria “sensibilizar para as enormes carências de nosso pensamento, e compreender que um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes” (MORIN, 2005, p. 15).

São essas questões, que devem está clara para o pesquisador ao fazer uma pesquisa, não se atentar somente as coisas que estão fechadas em um conteúdo, pois o pensamento complexo abre para a necessidade de unir vários conhecimentos. O pensamento complexo, nas ideias de Edgar Morin é o que vai nos permitir uma visão mais ampla da realidade.

No livro *A introdução ao pensamento complexo* (2005), Edgar Morin traz para a teoria da complexidade três bases iniciais de algumas concepções teóricas: dos sistemas, da informação e da cibernética, pois para ele,

O conhecimento não se reduz a incerteza, é a incerteza no seio de sistemas radicalmente organizados;

Compreende as incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios. A complexidade num certo sentido sempre tem relação com o acaso (sistema aberto);

O sujeito e o mundo interagem e se desenvolvem. Reconhecem-se como um sistema aberto de interações e revitalizações.

Dentro da abordagem sobre a epistemologia da complexidade, Morin destaca um dos problemas do conhecimento científico que é o caminho que ela percorreu para a hiperespecialização do conhecimento, algo que para ele não contribui com a ciência, com isso:

[...] a hiperespecialização dos saberes disciplinares reduziu a migalhas o saber científico (que só pode ser unificado em níveis de elevada e abstrata formalização), sobretudo nas ciências antropológicas, que têm todos os vícios da sobreespecialização sem ter suas vantagens (MORIN, 2005, p. 119, grifo do autor).

Um cuidado muito importante que a teoria da complexidade traz ao conhecimento científico e que podemos trazer para a prática do pesquisador, e para fugir dessa hiperespecialização, pois “é preciso notar que a hiperespecialização das ciências humanas destrói e desloca a noção de homem; as diferenças sociais, a demografia e a economia não precisam mais da noção de homem” (MORIN, 2005, p. 129). A hiperespecialização é algo presente na comunidade estudada, em que os professores contratados precisam preencher algumas exigências para ministrarem aula e os saberes tradicionais são desconsiderados.

A teoria da complexidade, acrescenta Morin (2005, p. 103),

não é apenas a união da complexidade com a da não-complexidade (a simplificação): a complexidade está no coração da relação entre o simples e o complexo porque uma tal relação ao mesmo tempo antagônica e complementar.

O pensamento de Morin nos permite entender a escola da comunidade indígena Porto Praia de Baixo, sendo um espaço que vai além da educação escolar, é também o ambiente de encontro da comunidade para as reuniões de avaliação, eleição e formação para os moradores, e é um local muito celebrado por ser uma conquista da comunidade como relata o morador da comunidade “aqui tivemos que lutar muito para sair essa escola, e quando começou a ser construída foi outra “briga”, porque as obras paravam e não sabíamos quando ia voltar, então a gente participava dos movimentos e cobrava”¹².

Não só o ambiente que envolve a educação escolar indígena é complexo, mas sim toda a formação da comunidade, a maneira como o povo teve que se organizar, os diversos povos que “perderam” sua identidade e foram se juntando em um mesmo local tendo que “criar” uma identidade coletiva. É preciso levar em consideração fatores além da educação para compreendê-la, em Porto Praia de Baixo e nos diversos estudos sobre o tema.

12 Informação verbal do morador da Comunidade indígena Porto Praia de Baixo (ALEXANDRE, AIS, 2021).

DISCUSSÃO

A transdisciplinaridade como caminho

Edgar Morin defende com a teoria da complexidade a conexão entre os saberes, que seria a transdisciplinaridade, a superação da fragmentação das disciplinas e a hiperespecialização para o qual a ciência estava caminhando, no século XX, e essa conexão entre os saberes são fundamentais para formação do conhecimento. Assim como as demais discussões epistemológicas a transdisciplinaridade tem a sua discussão relacionada à prática.

Para ele, uma teoria se faz necessário que o conhecimento supere a fragmentação das disciplinas, pois “como sempre, uma teoria que se quer fundamental escapa ao campo das disciplinas, atravessa-as, como o fizeram, mas cada um com sua própria cegueira e sua própria arrogância, o marxismo, o freudismo, o estruturalismo” (MORIN, 2005, p. 51).

Para Ivani Fazenda (2012, p. 39),

há uma necessidade do diálogo, a adoção de um olhar transdisciplinar, as questões relativas à complexidade, auto-formação, eco-formação, heteroformação que ganham destaque cada vez maior entre os estudiosos da transdisciplinaridade.

Um dos princípios que nos traz o espírito transdisciplinar, para Japiassu, é o de que a finalidade da ciência não é a ampliação ilimitada da esfera tecnológica e que é preciso renunciar à “manipulação totalitária do discurso da disciplina” (JAPIASSU, 2006, p. 31).

A interdisciplinaridade vem sendo abordada como uma grande contribuição para educação como prática pedagógica. No campo normativo da educação escolar indígena ela está presente, mas um ponto interessante que vai além da interdisciplinaridade é a transdisciplinaridade que pode ser usada como metodologia de pesquisa, pois de acordo com Morin:

[...] situar-se a um nível transdisciplinar, que permita ao mesmo tempo conceber a unidade da ciência e a diferenciação das ciências, não apenas segundo a natureza material de seu objeto, mas também segundo os tipos e as complexidades dos fenômenos de associação/organização. Neste último sentido, o campo teoria dos sistemas é não apenas mais amplo que o da cibernética, mas de uma amplitude que se estende a todo o conhecimento (MORIN, 2005, p. 20).

E para Fazenda (2012), há uma síntese necessária para pensar a transdisciplinaridade nas pesquisas, que vejo como fundamentais em uma pesquisa sobre educação escolar indígena, que seriam a espera, coerência, humildade, respeito, desapego, sob a um olhar multifacetado e atento. Acrescentamos mais o ato de ouvir, e o cuidado ao falar, pois as palavras são acompanhadas com muito detalhe.

Japiassu (1986) defende dentro do campo da filosofia o uso da transdisciplinaridade, mas ela pode ser inserida em pesquisa de diversas áreas do conhecimento pois:

Trata-se, isto sim, de mostrarmos a importância que não somente pode, mas deve ter, na pesquisa interdisciplinar, uma filosofia, em trabalho, uma filosofia que, sem renunciar ao seu método próprio, procure penetrar no espírito científico a fim de que, justamente com os especialistas, e enquanto estes constroem criticamente suas ciências, possam ser elaborados conceitos transdisciplinares (JAPIASSU, 1986, p. 180).

Para a Antropologia, Japiassu (1986) afirma que seria fundamental que ela agrupasse os dados fornecidos pelas disciplinas particulares. Assim sendo, para ele o saber reflexivo, pretende reconstruir a unidade da imagem quebrada, fragmentada ou dissolvida pelo homem, para que este possa tomar consciência de si mesmo, como um ser de identidade pessoal.

Fazenda (2012, p. 40) reúne dez campos principais de projeção transdisciplinar, destaca-se: 1. *Pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos de olhares transdisciplinares*; 2. *Projeções tecno-científicas no campo da religião de saberes*; 3. *Projeção nas reformas educativas onde se busca formar cidadãos na sociedade do conhecimento* e 4. *Projeção na educação, dar respostas a uma formação integradora, sustentável e feliz*.

Portanto, o que propõe a transdisciplinaridade e é muito importante em um trabalho de pesquisa, ou seja, a integração dos estudos de um objeto em sua totalidade.

TEORIA DA COMPLEXIDADE E A PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Figura 3: Escola da comunidade Porto Praia de Baixo



Fonte: Autora, 2021.

No artigo 210 da Constituição Federal de 1988, que trata sobre o ensino, estabelece no inciso dois que o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Portanto, nesta norma ficam assegurados a população indígena seus próprios mecanismos para o ensino e aprendizagem na educação escolar, isso pode ser considerado o reconhecimento do Estado de uma educação transdisciplinar nos territórios e comunidades indígenas, pois o envolvimento de outros saberes é evidente.

Dentro de uma abordagem de pesquisa sobre educação escolar indígena seria muito interessante um olhar atento do pesquisador para a compreensão do que Edgar Morin considera como, transdisciplinaridade, e tentar enxergar suas práticas dentro das escolas indígenas para entender e refletir sobre essas práticas. Mesmo que em muitas escolas as garantias institucionais não são postas em prática, e isso envolve diversos fatores. Na comunidade estudada, por exemplo, o território não é demarcado e isso muitas vezes serve como justificativa para os governantes locais negarem direitos e políticas públicas destinadas a população indígena.

A ideia de uma ciência que esteja atenta às diversas conexões de saberes é ressaltada por Morin, na obra *Ciência com consciência* (2005) que

[...] é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (MORIN, 2005, p. 176).

Na resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012 se define diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Indígena na Educação Básica. Trago aqui alguns pontos do Artigo três, sobre os objetivos da educação escolar indígena, primeiro a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências.

Brandão (2007) defende em sua obra *O que é educação* que a educação indígena é uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Segundo suas colocações a educação indígena é uma troca constante, como deixa claro a seguir:

Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da “tribo”, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (BRANDÃO, 2007, p. 10, grifo do autor).

No que tange este princípio da educação escolar indígena, uma contribuição muito importante da teoria da complexidade de Edgar Morin é não fazer uma pesquisa generalizando estes pontos. Em muitas comunidades indígenas, como é o caso da região do Médio Solimões no Amazonas, onde as comunidades indígenas passaram por grandes modificações históricas, muitos desses aspectos presentes na legislação não vão ser encontrados nas comunidades indígenas que se reconhecem como tal, assim como os indígenas que vivem na cidade. E, estamos sujeitos a generalizações na análise sobre educação escolar indígena e Morin nos atenta que:

Não devemos eliminar a hipótese de um neo-obscurantismo generalizado, produzido pelo mesmo movimento das especializações, no qual o próprio especialista torna-se ignorante de tudo aquilo que não concerne a sua disciplina e o não-especialista renuncia prematuramente a toda possibilidade de refletir sobre o mundo, a vida, a sociedade, deixando esse cuidado aos cientistas, que não têm nem tempo, nem meios conceituais para tanto (MORIN, 2005, p. 17).

Há várias outras normas e princípios que regem a educação escolar indígena, mas presumo que esses resumem o que se entende por educação escolar indígena, e se ressalta que ao analisar essa abordagem é muito importante as reflexões de Edgar Morin.

Considerando que as comunidades indígenas enfrentam diversas realidades no Brasil, e que as comunidades formadas a margem do médio rio Solimões passam por processos diversos de reconhecimento étnico e territorial apoiar-se nas ponderações do pensamento complexo permite aos pesquisadores uma leitura “mais ampla da realidade”.

Para Fazenda (2012, p. 41, grifo do autor) o território da interdisciplinaridade está ligado aos estudos transdisciplinares, pois

o cuidado construído arduamente nos dois territórios precisa ser devidamente respeitado em suas limitações, mas principalmente nas inúmeras possibilidades que se abrem para uma educação diferenciada onde o caráter **humano** se evidencia.

Considerações

Os textos de Edgar Morin *Introdução ao pensamento complexo* e *Ciência com consciência* nos leva a refletir sobre o trabalho do pesquisador e como dentro de uma pesquisa pode-se usar os apontamentos do autor. É muito importante que a pesquisa seja abordada de uma maneira transdisciplinar, mas é formidável que se entenda bem este conceito.

Em uma pesquisa sobre educação escolar indígena as reflexões sobre a epistemologia da complexidade são necessárias. Uma teoria, um conceito ou uma mesma abordagem não conseguem contribuir para uma análise que envolva diversos atores, diversos processos históricos e realidades diferentes. Com isso, a teoria da complexidade vem contrapor o pensamento fragmentado das disciplinas e nos propõe a transdisciplinaridade como forma de integrar os estudos de um objeto em sua totalidade.

Enquanto sujeito, não podemos apenas apresentar uma pesquisa transdisciplinar, é necessário entender a transdisciplinaridade e contribuir, para uma ciência transdisciplinar e uma educação transdisciplinar. Pois a ciência,

de acordo com Morin (2005), tem necessidade não apenas de um pensamento apto a considerar a complexidade do real, mas desse mesmo pensamento para considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que ela levanta para a humanidade fazendo desta maneira uma revolução das estruturas de pensamento. Pois, para Morin “a ciência nunca teria sido ciência se não fosse transdisciplinar” (MORIN, 2010, p. 135).

Assim como, Crenshaw (2015) defende que “A interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar sobre identidade e a sua relação com o poder”, na qual para defender uma causa se faz necessário ir além da compreensão, por exemplo, da classe social, é preciso entender todas as intersecções que envolvem o grupo e a transdisciplinaridade pode contribuir neste processo. E são nesses pensamentos que se devem inserir os estudos sobre educação escolar indígena.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção primeiros passos.

Brasil (1988). **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

CRENSHAW, K. **Porque é que a interseccionalidade não pode esperar**. Tradução de Santiago D’Almeida Ferreira. 2015. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidadenaopodeesperar-kimberle-crenshaw/> Acesso em: 22 set. 2022.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade – Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção**. Revista Ideação, v. 10, n. 1, 2008.

JAPIASSU, H. P. **1934 – Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 4. ed., p. 202, 1986.

JAPIASSU, H. P. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 237p.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa – Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. revista e modificada pelo autor. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2005.

OLIVEIRA, N. C. **Educação escolar indígena: processos de implementação e efetividade das políticas educacionais na comunidade Porto Praia de Baixo (Tefé-Am).** Manaus/ AM, 2022.

Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé, Manaus 2019. **Elaboração:** Comunidades Indígenas Terra Indígena Porto Praia de Baixo, Christian Ferreira Crevels (CIMI) **Colaboração:** Equipe da Pastoral Indigenista de Tefé (CIMI), Fábio Pereira (CIMI) **Pesquisa:** Christian Ferreira Crevels (CIMI), Equipe da Pastoral Indigenista de Tefé (CIMI), comunidade indígena Porto Praia de Baixo; **Texto:** Christian Ferreira Crevels (CIMI), **Revisão:** Adriana Maria Huber (CIMI)

Resolução CNE/CEB 5/2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2012, Seção 1, p. 7.